"MEMÓRIA DO LUGAR": NARRATIVAS DE APAGAMENTOS E DISPUTAS PELA SUSTENTABILIDADE SOCIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO RIO DE JANEIRO PÓS-DITADURA

"PLACE MEMORY": NARRATIVES OF ERASURE AND DISPUTES OVER THE SOCIAL SUSTAINABILITY OF PUBLIC SPACES IN POST-DICTATORSHIP RIO DE JANEIRO

Pamela Paris Avila

Doutoranda | pamela.avila@fau.ufrj.br; pamelap.avila@gmail.com | PROARQ-UFRJ | Rio de Janeiro, Brasil

Resumo:
Este artigo investiga a relação entre memória, espaço urbano e cidade no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), com foco na cidade do Rio de Janeiro. Ao analisar a produção do espaço e suas implicações na memória coletiva, busca-se compreender como certos lugares urbanos, marcados por repressão ou resistência, permanecem ativos na experiência dos indivíduos que vivenciaram aquele período. A partir da análise de depoimentos e registros memoriais, argumenta-se que a cidade abriga uma paisagem fragmentada, onde espaços esquecidos ou ignorados são reativados por memórias traumáticas. A pesquisa propõe o conceito de "memória do lugar" para entender como esses locais se tornam evitados ou ressignificados, revelando as tensões entre história oficial e vivências silenciadas. Com base em autores como Certeau e Benjamin, discute-se o papel do urbanismo na construção de cidades mais justas e inclusivas, reconhecendo a importância da memória na conformação do espaço. Assim, o estudo contribui para o debate sobre memória urbana e sua função crítica na reconstrução de identidades e no enfrentamento dos apagamentos históricos impostos pelos regimes autoritários.

Palavras-chave:
Memória; Ditadura Militar; Espaços Urbanos; Sustentabilidade Social; Urbanismo Humanizado

Abstract:
This article investigates the relationship between memory, urban space, and the city within the context of the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985), focusing on the city of Rio de Janeiro. By analyzing the production of space and its implications for collective memory, the study seeks to understand how certain urban sites, marked by repression or resistance, remain active in the experiences of individuals who lived through that period. Through the analysis of testimonies and memory records, the article argues that the city hosts a fragmented landscape, where forgotten or overlooked spaces are reactivated by traumatic memories. The research introduces the concept of "place memory" to explore how these sites become avoided or re-signified, revealing the tensions between official history and silenced experiences. Drawing on authors such as Certeau and Benjamin, the article discusses the role of urbanism in building more inclusive and just cities, recognizing the importance of memory in shaping space. Thus, the study contributes to the debate on urban memory and its critical role in reconstructing identities and confronting the historical erasures imposed by authoritarian regimes.

Keywords:
Memory; Military Dictatorship; Urban Spaces; Social Sustainability; Humanized Urbanism

1. INTRODUÇÃO

A relação entre memória, cidade e espaço urbano tem sido alvo de crescente interesse nas ciências sociais e no urbanismo contemporâneo. Essa relação é particularmente relevante acerca do papel dos espaços coletivos em contextos de repressão e resistência, como o que se observou durante a ditadura civil militar no Brasil, entre 1964 a 1985, especialmente nas grandes cidades.

A ditadura civil militar, como evento limiar entre o trauma e a negação do fenômeno para a sociedade brasileira, promove uma espécie de revitalização da memória recente na cidade do Rio de Janeiro, justamente por em 2024 contabilizar sessenta anos do Golpe Militar no Brasil. A cidade do Rio de Janeiro é um caso emblemático onde os vestígios de eventos traumáticos ainda ecoam na paisagem urbana, pelas poucas pistas de onde ocorreram ou pelo rechaço daqueles espaços que estão vivos como tragédia memorável para aqueles que viveram a Ditadura.

Ao abordar a questão da memória na cidade do Rio de Janeiro sob o prisma da repressão estatal e das resistências, identifica-se uma dinâmica complexa de espaços urbanos marcados por significados contraditórios e sobrepostos. A importância do espaço urbano está, assim, vinculada às formas de um regime de poder que teve um grande impacto em nossa maneira de experimentar a cidade.

Tratar da memória e da possibilidade dessa materialização no espaço físico, e o que isto pode dizer dessa memória do trauma, e desses acontecimentos velados, nos mostra uma proximidade do indivíduo e do seu próprio corpo com essa cidade.

A análise crítica dos espaços de memória no contexto urbano permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que moldam (ainda) a cidade contemporânea. Através do estudo desses espaços, podemos observar como diferentes grupos sociais utilizam ou revelam a ignobilidade da cidade para expressar suas identidades e narrativas, muitas vezes em conflito com as versões oficiais da história.

A importância de compreender a dinâmica entre memória e espaço urbano é evidente quando observamos o papel que arquitetos e urbanistas podem desempenhar na construção de cidades mais inclusivas, diversas e justas. A criação de espaços públicos que promovam a equidade e a participação cidadã é fundamental para a construção de uma memória coletiva que reflita as experiências de todos os habitantes, e não apenas de uma elite dominante. A cidade do Rio de Janeiro, nesse sentido, oferece um campo fértil para a análise de como o espaço urbano pode ser utilizado para lembrar – ou esquecer – eventos históricos.

Por um lado, existem lugares profundamente marcados pela violência estatal, onde corpos de cidadãos foram controlados e eliminados sob a lógica da ditadura. Esses lugares representam a face mais crua do poder centralizador, onde vigilância, censura e execuções sumárias criaram uma paisagem de controle social. Por outro lado, há também espaços de resistência, onde manifestações políticas e sociais desafiaram a ordem ditatorial, reconstituindo a cidade como um espaço de liberdade e contestação. A pesquisa visa, assim, ser uma interlocutora dessas vozes – sumariamente caladas durante e após a ditadura vivida no Rio de Janeiro – de modo a demonstrar onde tais espaços de repressão ainda hoje coexistem com a fruição da vida cotidiana, e criam lapsos espaciais na compreensão global de cidade.

Esses dois tipos de espaços coexistem e, em muitos casos, se confundem, sobrepondo suas narrativas na memória coletiva da cidade. Enquanto a ditadura buscava apagar as marcas da resistência, os movimentos sociais e políticos da época deixaram rastros permanentes na malha urbana, criando uma rede de lugares onde as lutas por liberdade e direitos foram encenadas. A memória desses eventos, no entanto, é fragmentada, com certos espaços sendo deliberadamente esquecidos, enquanto outros são celebrados como símbolos de resistência. Neste sentido, a versão oficial da evolução urbana no Rio de Janeiro, e a consequente relativização sobre os registros vigentes, passa a não ser a única fonte necessária para o entendimento do viés de pesquisa deste artigo, exigindo uma escuta e uma encarnação das falas dos “vencidos” (Benjamin, 1986b).

Tal fragmentação, entretanto, não é apenas física, mas também simbólica. A memória coletiva do Rio de Janeiro é marcada por silêncios e omissões, que refletem as tensões políticas e sociais ainda presentes na cidade. Certos espaços, carregados de significados traumáticos, são evitados ou ignorados pela população, enquanto outros são ressignificados como locais de memória e resistência. Esse processo de esquecimento seletivo é, em grande parte, uma estratégia de sobrevivência, mas também um reflexo das disputas políticas em torno da memória histórica.

Sendo assim, esse artigo aborda a compreensão do que podemos entender com a “memória do lugar”, ou seja um lugar onde o indivíduo muitas vezes evita de frequentar por neste lugar emergir lembranças que não lhe são agradáveis. Na medida em que se propõe a espacialização das lembranças, organizando-as em ambientes conhecidos e familiares, e facilitando sua evocação espacial, será proposta uma abordagem que conecta a memória aos espaços urbanos, com foco no Rio de Janeiro, durante o período da ditadura civil militar. Também busca-se a inserção nos debates contemporâneos sobre a sustentabilidade social das cidades, entendida como a capacidade de garantir pertencimento, escuta, diversidade e bem-estar emocional a seus habitantes. A ausência de políticas de preservação da memória traumática no planejamento urbano revela uma falha em atender às necessidades simbólicas de comunidades que viveram a repressão. Resgatar essas memórias é um gesto de justiça espacial e uma estratégia para a construção de cidades mais inclusivas.

Ao analisar relatos e depoimentos de indivíduos que vivenciaram essa época, a autora identifica como certos locais da cidade se tornaram evitados por serem muitas vezes dolorosos e traumáticos a certos indivíduos, pois os mesmos estão ancorando suas lembranças de eventos traumáticos e resistências. Dessa forma será apresentado como a fragmentação urbana do Rio de Janeiro é um reflexo não apenas das estratégias de controle e repressão da ditadura, mas também das diversas formas de resistência que surgiram em resposta.

2. DITADURA MILITAR E AS VOZES DO SILÊNCIO

O primeiro ato da ditadura, conhecido como Ato Institucional no.1 (AI-1), foi promulgado pela Junta Militar em 9 de abril de 1964. O objetivo declarado do golpe de 1964 era barrar o avanço do comunismo no Brasil e restaurar a democracia em um período de dois anos. Logo em seguida, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, foi destituído, acusado de corrupção e de conluio com comunistas. No primeiro teste eleitoral em 1965, os candidatos apoiados pelos militares não venceram em Minas Gerais e na Guanabara, levando à emissão do AI-2. Com isso, os partidos políticos foram dissolvidos, o Poder Judiciário sofreu intervenções e novos processos de cassação foram instaurados. Carlos Lacerda, governador do Rio e um dos principais apoiadores do golpe, foi inesperadamente destituído.

O golpe, que inicialmente contava com o apoio de governadores, se transformou em um movimento exclusivo dos militares. O novo partido governista, a Arena, não conseguiu consolidar seu poder e enfrentava derrotas nos estados mais populosos. A insatisfação dos militares levou à promulgação do AI-3, que estabeleceu que a eleição dos governadores fosse indireta, realizada por colégios eleitorais, e que os prefeitos das capitais e cidades de segurança nacional seriam nomeados. No mesmo ano, o AI-4 revogou definitivamente a Constituição de 1946 e instituiu uma nova. O golpe, na verdade, não seguia um plano pré-determinado, mas respondia a circunstâncias e oportunidades que surgiam (Paiva, 2015).

> O golpe sofreu um golpe. A ditadura se impôs sobre a ditadura. Ela encontrou o seu projeto e se firmou. Elio Gaspari a dividiu em quatro fases: Envergonhada, Escancarada, Derrotada e Encurralada. O AI-5 a escancarou. Não existe uma só ditadura, não existe um só golpe de 64. Nem se sabe a data correta: 31 de março ou 1º de abril? (Paiva, 2015, p. 93)

No decorrer da ditadura civil militar brasileira, iniciada em 1964, a cidade do Rio de Janeiro teve palco de acontecimentos marcantes que refletiram a repressão e o controle exercido pelo regime.

Antiga capital do Brasil e importante centro político e cultural, o Rio de Janeiro se viu como centro de operações de repressão contra os adversários do governo. A cidade abrigou, por exemplo, a sede do Departamento de Ordem Política Social (DOPS), um dos principais órgãos responsáveis pela vigilância e pela repressão das atividades consideradas subversivas. Também no Rio ocorreram manifestações emblemáticas como a Marcha dos Cem Mil em 1968, uma das maiores mobilizações populares contra a ditadura, que reuniu estudantes, artistas e intelectuais além de diferentes segmentos da sociedade numa manifestação de importação pelas ruas do centro da cidade. Podemos citar também, como acontecimentos de grande relevância da ditadura civil militar, o recrudescimento das medidas repressivas no Rio de Janeiro, especialmente após o AI-5, em 1968. O aumento da censura, a perseguição aos adversários políticos e a prática sistemática de tortura que marcou profundamente a história dessa cidade.

As marcas da presença do terror da ação militarizada do Estado permanecem ancoradas nas memórias dos indivíduos que a vivenciaram em diferentes espaços da cidade do Rio de Janeiro, mesmo passadas quase quatro décadas do fim da ditadura civil militar, como reportam os praticantes da cidade que viveram este período direta ou indiretamente – mesmo que determinadas correntes antagônicas queiram dizer o contrário.

O que resta do passado no presente? Para além das violações de direitos humanos que justificam sua existência, o que se mantem, como legado daquele período, no desenvolvimento de tal processo? E o que essa memória mobiliza?

Como nos apresenta Certeau (1982), antes de saber o que a história diz de uma sociedade, precisamos saber como a história funciona dentro dela. Pois a própria se inscreve em um complexo que permite um único tipo de produção, mas lhe proíbe outros. Assim se dá a dupla função do lugar, tornando possíveis algumas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns, mas também tornando algumas impossíveis, pois exclui do discurso alguns acontecimentos importantes, representando o papel de uma censura com relação aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da análise do momento presente.

A cidade do Rio de Janeiro é marcada por inúmeros lugares ligados à Ditadura Civil Militar. As políticas oficiais que têm sido implementadas até agora podem ser definidas como conciliatórias pelo Estado. Não obstante, os movimentos sociais reclamam a inserção de suas vozes nestes lugares, considerando-as silenciadas ou esquecidas. É importante analisar essas disputas narrativas e os seus reflexos na sociedade onde o passado atua como permanência, e por mais que se queira negá-lo ele se espreita no presente como lembrança que se irrompeu como uma sombra que se quer recusar.

3. MEMÓRIA E CIDADE

O estudo do espaço urbano não se limita às barreiras físicas, mas transcende fronteiras conceituais, explorando a interseção entre pensamento e espaço. Nesse contexto, podemos relacionar uma anotação feita por James Joyce à margem do manuscrito de seu famoso livro Ullyses: “Locais lembram eventos” (Apud Herring, 1972, p.119).

Herring (1972) nos aponta que Joyce revela que o estudo do espaço urbano pode ser entendido como uma expressão do pensamento humano e que atua como mediador entre o indivíduo e os lugares, entre a experiência e a memória, especialmente numa análise crítica da arquitetura e urbanismo. Essa dimensão imaginativa não apenas influencia o ambiente construído, mas também molda nossa percepção e compreensão do mundo habitado.

Segundo Elkin (2022), quando lemos em Baudelaire “uma cidade muda mais depressa do que o coração humano”, de certa forma, ela sugere que Baudelaire está discutindo a velocidade das mudanças urbanas, cujo desejo humano não consegue dar conta, forças que vão além da capacidade individual de interpretar e colecionar imagens da cidade. Esses vestígios são de certa forma, reflexos da identidade que poderíamos ter tido no passado ressignificando uma sociedade

em seus territórios. Na rua não somos mais “totalmente nós” – nos tornamos “funções da paisagem urbana” (Wolf,2017, p.225).

A memória urbana, como podemos nomear, é construída a partir de lembranças conscientes, bem como do que pode ser denominado memória espacial inconsciente: certos pontos trazem de volta sentimentos e pensamentos do passado que podem não ser capazes de ser totalmente expressos naquele momento, mas que são baseados em experiências pertencentes ao indivíduo ou à comunidade.

O momento da recordação é então o do reconhecimento. Sendo assim temos a transição da memória corporal para a memória dos lugares, asseguradas por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se e, acima de tudo, por habitar. Sendo assim, as coisas lembradas são inerentemente associadas a lugares e não por acaso dizemos sobre algo que ocorreu que “ele teve lugar” (Ricoeur, 2007).

O espaço urbano não é uma abstração, o espaço urbano é, como coloca Lefebvre (2008) a oclusão do espaço concebido, vivido e percebido e nossas memórias se constroem a partir das experiências tecidas nos lugares da cidade. Portanto, Lugares de Memória da Ditadura remetem a memórias situadas desse período, muitas vezes encobertas por discursos de poder, ou sombriamente mascaradas da história da cidade, principalmente para os indivíduos que as viveram.

A história urbana é complexa e diversificada, com diferentes lugares e espaços afetados de maneiras variadas durante a ditadura civil militar no Rio de Janeiro. Alguns locais importantes foram preservados como patrimônio histórico, mantendo viva a memória dos eventos e lutas daquele período. Por outro lado, alguns espaços foram perdidos ao longo do tempo devido ao desenvolvimento urbano, negligência ou intencionalidade.

Elkin (2022) nos mostra que certos lugares não perdem sua carga emocional: é preciso que algo inesperado acenda uma faísca. Um rosto inesperado. Uma música. A agua de colônia de alguém. Mas esses sinais que entram na frequência pessoal de um indivíduo não significariam muita coisa para outra pessoa. Todos temos sinais próprios, que ouvimos ou tentamos não ouvir.

Toda cidade é formada, portanto, por camadas de tempo. A preservação de ícones edificados (prédios, marcos patrimoniais e outros elementos simbólicos) não é ainda uma ação planejada e debatida, ficando à mercê das mudanças sensíveis e constantes na paisagem urbana. Políticas de intervenção, muitas vezes, lidam com essas condicionantes materiais (o edifício, o monumento, a praça) para estabelecer jogos de ação e reparação, que nem sempre logram sucesso para a manutenção da imageabilidade de uma cidade.

Um olhar sobre a cidade contemporânea permite vê-la como um grande palimpsesto, composto por uma sucessão de escritas e apagamentos vinculados às mudanças em sua malha urbana. A cidade abriga rastros. Ao refletir sobre a questão central do conceito derivado da imagem do palimpsesto vemos que os apagamentos de uma cidade não podem ser necessariamente julgados como negativos pois seria talvez uma contradição para a coesão do lugar, já que a questão fundamental do palimpsesto consiste em tornar compreensíveis as camadas que se encontram uma sobre a outra na malha de uma cidade.

Ao considerar a cidade como palimpsesto de vivências e afetos, é necessário reconhecer que o urbanismo humanizado deve contemplar não apenas conforto físico e acessibilidade, mas também a dimensão simbólica e emocional dos lugares. Espaços públicos que foram palco de violência estatal podem ser ressignificados como locais de escuta, acolhimento e pedagogia da memória, contribuindo para o bem-estar emocional da coletividade.

Alguns apagamentos resultam em cicatrizes muito mais profundas do que uma simples mudança do desenho de uma edificação ou de uma malha urbana, interessando assim a análise de Lugares de Memória que de alguma maneira sofreram um apagamento através dos seus reflexos na sociedade em que o passado atua como permanência. Por mais que se queira negá-lo, ele se espreita no presente como lembrança que se irrompeu como uma sombra.

Essa abordagem também exige que o urbanismo seja repensado sob uma perspectiva humanizada, que reconheça o espaço urbano como suporte não apenas da funcionalidade, mas também da subjetividade. O urbanismo humanizado propõe uma escuta ativa das experiências dos habitantes, valorizando espaços que acolham a diversidade de memórias e afetos. Nesse contexto, a memória do lugar, especialmente aquela marcada por traumas e silenciamentos, torna-se essencial para planejar espaços públicos que promovam bem-estar emocional, inclusão social e pertencimento.

A integração da memória coletiva ao planejamento urbano é, portanto, uma ferramenta de sustentabilidade social. Ao reconhecer e resignificar lugares historicamente marcados pela repressão, o urbanismo pode atuar na mitigação do sofrimento urbano, oferecendo à população espaços que favoreçam não apenas o uso funcional, mas também a reconciliação simbólica com seu passado.

Ao explorar a memória no contexto da cidade e do estado do Rio de Janeiro sob a ótica da centralidade da dimensão da repressão estatal e das resistências, podemos identificar dois tipos básicos e interligados de lugares (embora, em muitos casos, possam se confundir por terem sido simultaneamente palco de repressão e resistências). Por um lado, encontramos aqueles lugares contaminados pela violência direta e pelo poder de vida e morte exercido sobre os corpos considerados "inimigos", permeados por vigilância, julgamentos de exceção, censura e atentados, revelando a extensa rede de interconexões do dispositivo punitivo da ditadura. Por outro lado, existem aqueles que foram cenários de manifestações de protesto, lutas sociais e políticas, encontros e comunicações que restabeleciam a política como liberdade de expressão e ação nos espaços públicos, questionando a legitimidade e ilegitimidade da ordem ditatorial. Todos esses lugares guardam consigo a história dos eventos ocorridos e as memórias conflitantes que ali se condensam e se materializam.

A cidade do Rio de Janeiro, nesse contexto emoldurado, é percebida de forma fragmentada. Através dos relatos, testemunhos e estudos históricos, podemos identificar uma cidade partida, onde certos espaços foram marcados pela violência e repressão, enquanto outros serviram como pontos de resistência e manifestação política. Essa fragmentação reflete não apenas as estratégias do regime ditatorial para controlar e reprimir a população, mas também a resistência e a luta dos cidadãos em defesa de seus direitos e liberdades.

Nesse contexto, surge a questão de como os arquitetos e urbanistas podem contribuir para a construção de cidades mais justas e inclusivas. Toda sociedade precisa desses profissionais para criar espaços que atendam às necessidades dos habitantes atuais e futuros, levando em consideração aspectos como inclusão social e qualidade de vida.

4. NARRATIVAS E SILÊNCIOS DA DITADURA MILITAR

No contexto urbano de cidade, o Rio de Janeiro emerge como um espaço singular, um lugar que abriga lembranças e vivências de tempos passados. Neste estudo, exploramos como as narrativas orais e a construção coletiva da memória transforma essa via emblemática em um locus carregado de significados, especialmente no contexto da ditadura civil-militar no Brasil. Através dessa perspectiva, examinamos como a fragmentação urbana e a perda do direito à cidade são intrinsecamente entrelaçadas, afetando profundamente a identidade dos indivíduos que experimentaram tempos de repressão e restrição. Nossa análise visa desvelar as camadas profundas dessas “memórias do lugar” e compreender como o planejamento urbano pode ser um instrumento para a construção de uma cidade mais inclusiva e participativa, onde múltiplas vozes e narrativas são reconhecidas, desafiando a noção hegemônica de modernidade e reivindicando o direito à cidade para todos os seus habitantes. Assim, adentramos um território de reflexões críticas e sensíveis, onde as memórias fragmentadas tecem a história e o futuro tanto de alguns lugares do Rio de Janeiro como da própria cidade como um todo.

Dentre as narrativas coletadas durante esse processo de pesquisa, algumas delas evocam de forma dolorosa o período da Ditadura Civil-Militar. Fragmentos desses depoimentos revelam a

impressionante habilidade dos lugares em prender experiências ou resgatar memórias de eventos passados vividos pelos entrevistados:

> No dia 28 de setembro de 1970, estava rezando com minha tia na igreja Nossa Senhora da Salette. Era uma tarde como qualquer outra estava rezando com minha tia por uma amiga dela que estava doente e lembro perfeitamente de ela me pedir à vela que eu segurava em minha mão quando um grupo de oficias do exercito a paisana invadiram a igreja Nossa Senhora da Salette entrando aos gritos pela casa paroquial atrás de Padre Manuel Soares. Eles invadiram a igreja aos gritos, exigindo saber do paradeiro do Padre Manuel Soares. Lembro-me nitidamente do medo que senti quando um deles apontou a arma na direção da minha tia, que chorava copiosamente diante daquela cena assustadora. [...] Fiquei com medo da igreja e durante muito tempo não passava nem na calçada. Foi uma experiência aterradora para uma criança de apenas 7 anos. Os oficiais revistaram a igreja inteira em busca de armas e materiais considerados subversivos. No final, nada foi encontrado, mas a atmosfera de tensão e medo permaneceu por um bom tempo. Ouvi dizer que aquela não foi a única invasão à paróquia; outras ocorreram durante o período da ditadura. Minha tia, que sempre fora muito devota, nunca mais entrou na igreja até o fim da ditadura. Lembro-me de vê-la, já bem mais idosa, entrar na igreja novamente e chorar copiosamente, pedindo perdão pela sua fraqueza diante daqueles momentos difíceis. Aquela experiência deixou marcas profundas em todos nós e é algo que nunca esquecerei. (Trecho de entrevista – Senhor da Igreja Nossa senhora da Salette, 62 anos.).

> [...]Era uma quinta feira , eu estava me servindo e não vi mais nada, começou a voar prato, bandeja, cadeira...eu comecei a ouvir tiros e muita gritaria. Me joguei no chão. Acordei dentro do carro de um companheiro, eu estava em cima de outro companheiro sangrando muito no banco de trás do carro. Eu não sabia o que era meu sangue e o que era sangue dele. Quando chegamos no hospital descobri que tinha aberto a cabeça e tinha um corte profundo no braço. [...]Depois descobri que Edson, um menino bem novinho tinha morrido com um tiro no peito. Eu só pensava nos meu pais, e se fosse eu que tivesse morrido? Nunca mais fui no Calabouço, mas toda vez que tenho que ir pegar algum voo no santos dumont onde o restaurante ficava antes de ser transferido para o outro local onde teve a tragédia eu sinto desconforto. [...]No local onde teve a tragédia? Eu nem passo perto. (Trecho de entrevista - C.Q,Médico Psiquiatra)

> [...] Mas foi em 1964 no ano do AI5[1], a época da Ditadura, que foi a pior na minha opinião, e para os moradores, e quem andava pelo Catete. Eu já estava mais mocinha e estudava aqui pelo Catete, eu andava aqui pelo Largo do Machado com as minhas amigas e isso aqui era uma praça de guerra, era cavalaria da polícia do Exército, tanques de guerra, uma coisa horrível. Tanto que a gente não podia falar nada e quando a gente resolvia se manifestar, a gente apanhava muito. Eu mesma tenho uma cicatriz nas nádegas de ter levado uma borrachada de PE em cima de um cavalo. [...] (Trecho de entrevista – SÓCIA DA PÇA SÃO SALVADOR, 68 anos).

> [...] Passamos por maus bocados também na época da ditadura, desde aquela época não gosto muito de ir até o Largo do Machado, e ainda hoje só vou lá por extrema necessidade, pois às vezes encontro o cidadão que me torturou, sei que

1 O AI5 foi implantado em 1968 e não em 1964. A memória do entrevistado associa o AI5 e o golpe militar.

> ele não lembra de mim, mas lembro perfeitamente dele, mas não gosto de falar desse assunto. [...] (Trecho de entrevista – VIÚVO DO BONDE, 82 anos.).

Dois dos entrevistados mencionam o Largo do Machado como um lugar que evoca lembranças traumáticas. Embora esse local não esteja apagado fisicamente da malha urbana, ele representa, para esses indivíduos, uma memória sensível que interfere em sua relação cotidiana com o espaço. Isso nos obriga a repensar a noção de "cidade partida" ou "cidade fragmentada" não apenas como ausência de infraestrutura, mas como uma fissura simbólica, na qual espaços visíveis são evitados por causa de experiências subjetivas de dor.

A recorrência do Largo do Machado nos relatos como espaço evitado aponta para um tipo de 'memória sensível' que ultrapassa o conceito clássico de lugar de memória (Nora), pois não se trata de um espaço de celebração histórica, mas de uma 'memória do lugar', marcada por dor, medo e evasão. Tal percepção reforça a noção de cidade partida (Santos, 1994), onde o uso cotidiano não apaga os traços afetivos da repressão.

Tais relatos demonstram como a cidade pode ser, simultaneamente, visível e invisível, acessível e evitada. A memória do lugar se manifesta como um elemento estruturante do comportamento espacial e das escolhas afetivas dos sujeitos. Nesse sentido, os depoimentos fortalecem a ideia de que o espaço urbano é também construído pelas emoções, lembranças e silêncios que o habitam.

Esses espaços não operam apenas como cenários dos eventos vividos, mas como marcadores afetivos que continuam a estruturar a relação dos sujeitos com a cidade. A memória que emerge desses locais ultrapassa a dimensão histórica e racional, ativando sensações corporais e afetos que condicionam trajetórias, hábitos e percepções. Mesmo quando não há evidência física da repressão, a experiência vivida se inscreve no espaço e o transforma em território de significação subjetiva. Assim, a memória do lugar manifesta-se como uma forma de apropriação e, ao mesmo tempo, de afastamento, revelando o impacto duradouro da violência estatal sobre o cotidiano urbano e os modos de habitar a cidade.

Dentre as narrativas coletadas durante esse processo de pesquisa, podemos notar que as mesmas evocam de forma dolorosa o período da Ditadura Civil Militar. Fragmentos desses depoimentos revelam a impressionante habilidade dos lugares em prender experiências ou resgatar memórias de eventos passados vividos pelos entrevistados.

Embora sejam muitas vezes esquecidos ou ignorados pela maioria da população atual, os indivíduos que vivenciaram os tempos de repressão do governo militar no Rio de Janeiro ainda carregam vestígios e rastros dos sentidos, significados e verdades vivenciadas como protagonistas e testemunhas.

Podemos assim notar através dos relatos coletados em uma abordagem primária desta pesquisa, e de estudos históricos, que identificamos a cidade do Rio de Janeiro de certa forma como uma cidade partida, onde certos espaços marcados pela violência e repressão são "esquecidos", ou seja, certos topônimos e referências espaciais acionam memórias individuais de caráter traumático, mesmo quando sua historicidade relacionada ao período da ditadura civil-militar permanece ausente ou pouco documentada nas narrativas oficiais e nos registros públicos., enquanto outros serviram como pontos de resistência e manifestação política.

Podemos citar a expressão "cidade em disputa" (Sassen, 2012). A fragmentação urbana é uma manifestação visível dessas disputas, resultando da interação complexa entre os interesses de diferentes grupos na cidade. Tal fragmentação não se limita apenas ao passado ditatorial, mas persiste na atualidade, refletindo tanto as estratégias do regime autoritário de controle e repressão sobre a permanência de pessoas em atividade "suspeita", muitas vezes relacionada ao comércio informal, quanto à resistência e a luta dos cidadãos.

A cidade em disputa, deste modo, nos convoca a agir em prol de uma transformação social e política que priorize a democratização do território, valorizando a diversidade e a pluralidade de vozes na

construção das cidades brasileiras. Somente assim poderemos enfrentar os desafios da fragmentação urbana e construir cidades mais harmoniosas, solidárias e democráticas para as presentes e futuras gerações.

5. CONCLUSÕES

A análise empreendida ao longo deste artigo permitiu evidenciar como o entrelaçamento entre teoria e prática – entre a reflexão acadêmica e os relatos dos sujeitos que viveram a repressão – é capaz de produzir uma leitura profunda e sensível dos espaços urbanos. A cidade do Rio de Janeiro, nesse contexto, revela-se não apenas como território físico, mas como arquivo vivo de memórias múltiplas e conflitantes, cuja ativação depende do gesto da escuta e da rememoração. Lugares aparentemente silenciosos, invisibilizados pelo tempo e pelo esquecimento institucional, ressurgem carregados de significados quando mobilizados pelas experiências daqueles que resistiram. Assim, o espaço urbano se afirma como suporte material da memória coletiva, estruturado por camadas sobrepostas de dor, luta e esperança.

Nesse contexto, a sustentabilidade social deve ser compreendida como um valor essencial ao planejamento urbano. Cidades justas são aquelas que reconhecem suas feridas e oferecem espaço para a escuta e a reconciliação com o passado. Ao integrar a memória sensível à paisagem urbana, é possível criar territórios mais humanos, democráticos e afetivamente acolhedores, nos quais o direito à cidade se expanda também como direito à memória e à dignidade.

Nesse cenário, torna-se urgente pensar o papel social do arquiteto na formulação de cidades que não apenas acolham, mas reflitam a pluralidade das histórias que as constituem. A fragmentação espacial herdada do período ditatorial impõe aos profissionais do urbanismo e da arquitetura o desafio ético de promover ambientes que honrem a memória e garantam a inclusão. Projetar espaços públicos que acolham a diversidade, estimulem a participação cidadã e revelem os vestígios de resistência é também contribuir para a democratização da cidade. Preservar e inscrever a memória nos tecidos urbanos é, portanto, uma forma de resistência contemporânea e de afirmação de um futuro mais justo, plural e consciente de seu passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, P. **Uma outra estória. Representações da Rua do Catete pelas narrativas do ‘Palácio de Memórias’.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Rio de Janeiro, PROARQ-UFRJ, 2020.

_____. **“Palácios de Memória" da Repressão: Análise de ambiências no Rio de Janeiro através das narrativas da ditadura.** Anteprojeto de Doutorado. Rio de Janeiro, PROARQ-UFRJ, 2022

BENJAMIN, W**. Sobre o conceito da história**. In.: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995

_____. **Experiência e pobreza**. In: BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a. (Obras Escolhidas, v. 1).

_____. **O narrador**. In: BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b. (Obras Escolhidas, v. 1).

_____.**Passagens** . Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

_____. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERTEAU, M. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A Cultura no Plural**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.

_____. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELKIN, L (2014). **Flâneuse.** Traduzido por Denise Bottmann. São Paulo: Fóforo, 2022.

HERRING, PF (1972). **Joyce's Notes and Early Drafts for "Ulysses"**. Charlottesville University Press of Virginia.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

PAIVA, MR (2015). **Ainda estou aqui.** Rio de Janeiro: Objetiva.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa**. Tomo I e III . São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SANTANA, E.P. **Cidades 'ENTRE'. Dimensões do Sensível em Arquitetura ou a Memória do Futuro na Construção de uma Cidade** / Ethel Pinheiro Santana. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2010.

SASSEN, S. **Expanding the terrain for global capital.** In: AALBERS, Manuel; SASSEN, Saskia (Eds.) Subprime cities Malden, MA: John Wiley & Sons Ltda, 2012. p. 74-96.

WOOLF, V (2017). **Mrs. Dalloway**. Penguin Classics.

Uglione, P. **Arquivo mnemônico do lugar: memória e histórias da cidade**./ Paula Uglione. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2008.

Vianna Pecly, M. L., & Pinheiro, E. (2023). **Sustentabilidade social: A experiência do urban design code aplicado na habitação social no Rio de Janeiro.** ENCONTRO LATINO AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 5, 1–13.